

Amato procura desfazer a imagem de conspiração

Janio de Freitas

Diálogo motivado

Basta que os empresários, tão pesadamente mobilizados contra a Constituinte, abandonem sua inflexibilidade e se disponham a dialogar com as lideranças políticas, em torno das decisões que repelem, não encontrarão objeções intrinsecas à procura de alternativas que, sob formas novas, assegurem os mesmos avanços sociais aprovados na Comissão de Sistematização.

As posições são incômodas de ambas as partes. As consequências ameaçadoras de a intromissão constante do presidente Sarney não foi capaz de produzir na Constituinte, a mobilização do empresariado pode acarretar. E disto já deu uma prévia, iniciada através dos meios de comunicação e levada ao êxito parcial dos estímulos para tumultuar-se a Constituinte pelo impasse.

O empresariado, por sua vez, se inviabilizar a Constituinte para não ver adotadas no país as medidas que rejeita, estará dando início a um processo sobre o qual não terá controle. A convulsão que resultaria, sem a menor dúvida, de procedimentos invariavelmente da Constituinte, retiraria outra vez os militares dos quartéis onde nem entraram de todo (neste sentido, as provas oferecidas pela anterior e pela atual edições de "Veja" são, apesar de todas as contestações oficiais, para lá de convincentes). Os empresários já aprenderam, porém, que o começo da associação com os militares pode ser muito bom, por solucionar problemas e temores imediatos, mas depois exige dependência e subordinação muitas vezes até humilhante.

O jeito é dialogar. Mas não haverá diálogo se os representantes do empresariado chegarem à Constituinte com a arrogância e a impertinência com que representantes da Fiesp baixaram na Comissão de Sistematização. Ou chegarem com argumentos como quebradeira geral e inibição total dos investimentos, por causa da restrição a demissões imotivadas. Previsto, no dispositivo aprovado, que dificuldades da empresa ou da economia autorizem demissões, além das chamadas "justas causas", o impedimento à dispensa de pessoal só vigoraria para empresas saudáveis e enquanto o fossem. Ninguém quebraria por manter seus empregados, portanto, antes mantendo-os por inexistir risco de quebra. Quanto ao investimento, se a restrição a demissões é que o inibiria, cabe indagar onde estão, sob a atual prática do desrespeito absoluto ao assalariado, os investimentos do

setor privado. Ou, para não exigir tanto, o simples reinvestimento de parte dos lucros.

Dizia Antonio Ermírio de Moraes anteontem, ao antecipar seu pronunciamento na União Brasileira de Empresários: "O reinvestimento do lucro e a geração de mais empregos e com bons salários é uma das metas. Chegou o momento de explicarmos isso à classe política, através de um diálogo amplo e aberto". Ótimo, mas é necessário "explicar isso", antes que aos políticos, aos empresários convencionais. Eles precisam aprender que medidas rígidas só foram aprovadas na Sistematização porque os abusos contra o assalariado são, no Brasil, sem limites materiais, éticos ou simplesmente humanos.

Pudessem os assalariados sentir-se minimamente seguros e respeitados, a Constituinte não teria por que buscar formas de o proteger. Mas o assalariado brasileiro é tratado até como objeto de chantagem: a cada semana há notícias de que um ou vários setores empresariais, pretendendo alguma vantagem ou algum direito, faz ou fazem ameaças ao governo de demissões aos milhares. Ameaças que se cumpre a toda hora. Não é preciso dizer mais nada sobre a condição de assalariado e sobre as razões que levaram a Sistematização a aprovar as restrições à dispensa.

Mas nem por isso as restrições à demissão imotivada, tal como aprovadas, seriam as mais próprias. De saída porque implicam também restrições a direitos incontestáveis e mesmo necessidades, como a substituição para melhoria de qualidade do trabalho, por exemplo. Além disso, seria tolo negar que a segurança absoluta favorece a inapetência para o trabalho. E que mesmo a mais grave ofensa de um empregado a outro, ou a um superior, assim como uma infinidade de outros casos, se não estiver muito bem testemunhada ou documentada não prevalecerá uma situação intolerável no ambiente de trabalho, porque a Justiça não concederá a "justa causa".

Os argumentos em uso contra a restrição às demissões imotivadas são inconvincentes: falta-lhes sinceridade, e mais proveitoso seria que os empresários a adotassem. Mas a restrição, tal como aprovada, também é inconveniente. Há outras maneiras de acabar com os abusos contra o assalariado e de lhe proporcionar segurança e respeito. Com a vantagem de que podem isentar a Constituinte de riscos que, se consumados, por eles pagarão assalariados e empresários.

ROBERTO LOPES

Enviado especial a Brasília



Em um jantar no Palácio da Alvorada, anteontem à noite — e mantido até agora em sigilo —, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, disse ao presidente José Sarney que os empresários temem o alastramento no país de um ambiente —segundo esses empresários criado pela imprensa— de conspiração. Na conspiração alegada, apareceriam envolvidos o Palácio do Planalto, empresários, constituintes conservadores e militares, para inviabilizar o projeto de Constituição que está sendo votado pela Comissão de Sistematização.

Amato foi recebido no Alvorada pouco antes das 23h. Ele estava acompanhado de cinco outros empresários, entre os quais Ivan Botelho, presidente do Grupo Cataguazes-Leopoldina, Sebastião Camargo, do Grupo Camargo Corrêa, e Murilo Mendes, da construtora Mendes Júnior — todos amigos particulares do presidente da República.

Procurado ontem às 18h pela Folha, Amato, a princípio, não quis confirmar o jantar. Concordeu depois em fazer uma declaração sobre ele: "Encontrei o presidente Sarney tranquilo. Para a minha surpresa ele não estava pensando em seu mandato nem na questão do parlamentarismo, estava apenas desejoso de que nós nos aliássemos ao lado das forças democráticas do país, daquelas que são a maioria do país".

Ontem pela manhã, a assessoria de Mario Amato preparou um memorando de trabalho intitulado "Jantar do Dia 4 de Novembro" que resume o que os empresários disseram a Sarney — na verdade, o resultado de mais de quatro horas de reunião mantida por trinta deles, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), quarta-feira passada, entre às 18h30 e às 22h30. O texto, de vinte linhas distribuídas por quatro itens, afirma que o ambiente de conspiração não existe, e que ele só se propaga "porque alguns participantes do processo têm necessidade de jogar para o público, sacrificando uma ação eficaz para ser seu momento de glória (caso do Guilherme Afif e Ronaldo Caiado)". O primeiro nome citado é o do deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), 44, um empresário de centro-direita (segundo levantamento feito pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos", em 19 de janeiro).

O segundo nome mencionado é o do presidente da UDR, Ronaldo Caiado. O problema com Caiado ficou muito claro, logo após a reunião de quarta-feira na CNI, quando o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjam), João Donato, e alguns técnicos da Fiesp chamaram o presidente da UDR para uma rápida conversa. Donato e os integrantes do órgão paulista fizeram ver a Caiado que ele tem sua imagem — e a da entidade que dirige — já demasiadamente estigmatizada e que, por isso, seria melhor que o "lobby" dos empresários e o da UDR corressem em faixas próprias nos bastidores do Congresso constituinte ainda que, muitas vezes, eles estejam perseguindo os mesmos objetivos.

Um dos participantes dessa conversa disse que Ronaldo Caiado limitou-se a ouvir os argumentos de Donato, mas que ele ficou visivel-



Os empresários Camilo Cola, Albano Franco, Ermírio e Oliveira Santos (esq. para dir.) na instalação do Conselho da UBE.

Ermírio nega candidatura em ato da UBE

Da Sucursal de Brasília

O conselho consultivo da União Brasileira de Empresários (UBE) selou ontem "o pacto" do empresariado urbano e rural em defesa dos princípios do capitalismo, da economia de mercado, da livre iniciativa, da democracia social e contra a estabilidade no emprego, durante a posse dos seus 74 membros, na Confederação Nacional do Comércio. O diretor-superintendente do Grupo Votorantim, Antonio Ermírio de Moraes, falou em nome dos conselheiros. Ele criticou o Congresso constituinte e também o governo. Antônio Ermírio afirmou que o país vive a conjugação de três crises: econômica, política e moral.

Segundo ele, dentro do Congresso constituinte "há alguns parlamentares que parecem confundir os limites de um governo democrático com um governo de poder ilimitado". Antônio Ermírio qualificou de insensata a aprovação da estabilidade no empre-

go pela Comissão de Sistematização. Ele afirmou que a sua aprovação foi a "síntese do oportunismo".

Em relação ao governo, Antônio Ermírio reclamou da "insistência" dos governantes em querer de interferir na empresa. Acrescentou que eles (os governantes) em sua maioria nunca produziram nada e estão acostumados, geralmente, a "pagar folhas de salários com impostos arrecadados por aqueles que procriam riquezas".

Ele interrompeu o seu discurso, de nove páginas, para afirmar que a estabilidade neutraliza a reforma agrária, quando o Brasil ainda possui cerca de trezentos milhões de hectares de terras agricultáveis. Antônio Ermírio disse que os empresários reconhecem a seriedade crise econômica, mas também não ignoram os "desnecessários complicadores internos, como o descontrole dos gastos públicos, o empagamento e o uso de pactotes econômico-eleitorais e tantos outros".

Ele foi por diversas vezes aplaudido por mais de trezentos empresários presentes à posse do conselho consultivo da UBE. Ao final da cerimônia ele disse que o lançamento de sua candidatura à presidência da República pelo deputado Delfim Neto (PDS-SP) era a "maior piada do ano".

O presidente da Confederação Nacional do Comércio e coordenador da UBE, Antônio de Oliveira Santos, acusou os membros da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte de distorcer o conceito de garantia de emprego. Segundo ele, a aprovação da estabilidade resultou da ação política de "uma minoria radical ativista, bem organizada e obediente a uma dialética marxista". Oliveira Santos disse que a UBE, no atual momento mente-se obrigada a dar um alerta contra os perigos que ameaçam a sociedade e contra a tentativa perigosa de subversão da ordem econômica natural.

UBE é pouco convincente na TV

Da Redação da Folha e da Sucursal de Brasília

Na última quarta-feira, a União Brasileira de Empresários (UBE) iniciou uma campanha de TV nas redes Globo e Manchete contra o dispositivo que prevê a estabilidade no emprego. Apesar de gastar Cz\$ 70 milhões na campanha de quinze dias, a UBE corre o risco de não ter sua mensagem assimilada. O tom dos três filmes — produzidos pela Globotec e estrelados por artistas da Globo — é didático e a postura assumida pelo protagonista de um deles é a de "operário padrão", o que

pode tornar toda a campanha antipática para o espectador. O protagonista é Stênio Garcia, que procura explicar "estabilidade" e "demissão sem motivo" a um colega mais jovem, à saída de um trem de subúrbio. Quando o jovem lhe pergunta se vão ter estabilidade, responde: "Eu já fui promovido duas vezes. Estabilidade é isso: se você é bom, a empresa não deixa você sair nunca". Como argumento contra a estabilidade, mostra-se preocupado com o futuro do filho, cujo emprego estaria ameaçado: "Esse negócio de estabilidade na Constituinte pode atrapalhar o emprego do garoto".

Ulysses cede a 'moderados' e aceita mudança no regimento

Emendas dos 'moderados' são baseadas em projeto de Saulo

Do enviado especial a Brasília

Um anteprojeto completo de Constituição, contendo 145 artigos e elaborado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, foi o ponto de partida para a articulação do grupo de constituintes auto-intitulado de "moderados", que está tentando alterar o regimento do Congresso constituinte para permitir a apresentação de emendas em plenário, hipótese vetada pelo atual regimento. A Constituição de Saulo Ramos mantém um sistema presidencialista virtualmente imperial e enxuga drasticamente, remetendo-o à legislação ordinária, o capítulo de "direitos sociais" constante do substitutivo aprovado pela Sistematização.

O fato de ter nascido no próprio coração do Palácio do Planalto não significa, entretanto, que todos os constituintes que assinaram o projeto de resolução ontem encaminhado pelos "moderados" ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, estejam comprometidos com o esquema palaciano. Uma fatia importante dos signatários aderiu em consequência de uma soma de descontentamentos, reconhecida pelo deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), que não entrou na articulação: "Enquanto funcionou a Sistematização, com apenas 93 integrantes, os demais 466 constituintes sentiram-se marginalizados, daí o descontentamento generalizado".

O objetivo do projeto Saulo Ramos, além de preservar o presidencialismo e os cinco anos de mandato para Sarney, é o de limpar o anteprojeto saído da Sistematização de todos os itens relativos à área econômico-social que desagradaram e até alarmaram o empresariado. Por isso mesmo, obteve a adesão deles e a promessa, repassada ontem à Constituinte, de que, doravante, os empresários "vão deixar de atuar amado-

risticamente e passar a jogar profissionalmente".

O projeto Saulo Ramos foi discutido em reuniões que se realizaram, nos últimos tempos, no Hotel Carlton, de Brasília, entre o consultor, o constituinte Guilherme Afif Domingos (PL-SP), o jurista Ives Gandra Martins, professor de Direito Econômico da Universidade Mackenzie (SP), além de outros interlocutores eventuais, entre os quais, paradoxalmente, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

O projeto Saulo Ramos, entretanto, não chegará inteiro ao plenário do Congresso constituinte, por uma simples e boa razão: seria impossível, como reconhecem os principais articuladores "moderados", reunir a maioria absoluta dos constituintes (280) em torno de todos os itens que devem compor a Constituição. Nem mesmo para títulos completos haveria esse quórum. Por isso mesmo, a estratégia agora fixada é a de buscar apresentar apenas capítulos globais, especialmente no que se refere aos "direitos sociais".

Para esse tópico, contam os "moderados" com a articulação do empresariado, cuja ponta mais visível foi a instalação, ontem, em Brasília, da União Brasileira de Empresários.

O fato de que nem todos os signatários do projeto de resolução estavam (e nem estão) informados do ponto de partida da articulação provoca divergências de enfoque. Gastone Righi, líder do PTB, por exemplo, acha que o objetivo de mostrar força, com a formação de uma maioria suprapartidária, já foi atingido e, agora, é a hora de negociar com os restantes.

Ricardo Izar (PFL-SP), um dos trinta coordenadores da operação, vai na mesma direção, mas alerta que "há companheiros que se sentiram tão fortalecidos que agora querem ir até o fim". (CR)



Deputados do PMDB Sant'Anna (BA), esq., e Cardoso Alves (SP) discutem tática.

O QUE DIZ O REGIMENTO

Não pode ser votado

Votação de substitutivo integral ao texto — tanto o regimento do Congresso constituinte quanto o da Comissão de Sistematização proíbem a apresentação de emendas que procurem alterar integralmente o texto de Cabral.

Novas emendas — não foi permitida a apresentação de novas emendas ao segundo substitutivo do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização. As emendas que estão sendo votadas atualmente foram apresentadas ao primeiro substitutivo de Cabral.

Emendas que alterem um título — O regimento também proíbe a votação de uma emenda que queira mudar todo um título. O título é a primeira grande forma de divisão da nova Constituição. Depois dos títulos, o texto é subdividido em capítulos.

Emendas que alterem capítulo — Não é permitida a votação de emendas que alterem todo um capítulo. Isso está regulamentado pelo artigo 19 do regimento interno da Comissão de Sistematização.

Pode ser votado

Pedidos de destaque — é a única forma possível para que qualquer alteração seja feita ao texto do deputado Bernardo Cabral, relator da nova Constituição. Os pedidos de destaque tornam válidas emendas apresentadas ao texto numa fase anterior.

Emendas que alterem parte do texto — A Comissão pode votar e aprovar emendas que mudem parte do substitutivo de Cabral. A modificação pode ser feita em artigos, parágrafos, incisos e palavras do texto.

Emendas supressivas — A Comissão pode votar uma emenda que retire integralmente uma parte do texto. Com a supressão, o texto do substitutivo fica sem a parte alterada. Nada entra em seu lugar.

Emendas substitutivas — Uma emenda substitutiva altera o teor do texto do projeto, mas põe outro texto em seu lugar.

Emendas modificativas — Quando a Comissão vota e aprova uma emenda modificativa, parte do texto é alterado em seu teor.

Emendas aditivas — Uma emenda aditiva acrescenta alguma proposta ao texto do substitutivo, não prejudicando o que já consta do texto.

Da Sucursal de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, 71, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, cedeu às pressões do bloco "moderado" e vai convocar para a próxima terça-feira, às 21h, uma sessão ordinária do Congresso constituinte para discutir a mudança do regimento interno. O líder do PDS na Câmara, Amaral Neto (RJ), disse que divulgará na terça-feira, "nome por nome", todos os parlamentares que assinaram o abaixo-assinado do grupo contra o atual regimento.

Ontem, mais uma vez, o abaixo-assinado não foi divulgado. Segundo Amaral Neto, ele já teria "cerca de 300" nomes, mais, portanto, que a maioria absoluta do Congresso constituinte (280 de um total de 559). A Folha apurou que a estratégia de Ulysses, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, não prevê ainda o prazo de 48 horas para apresentação de novas emendas ao projeto que está sendo votado pela Comissão de Sistematização.

A concessão desse prazo extra era a alternativa que as lideranças do PMDB haviam encontrado, no dia anterior, para esvaziar o movimento dos "moderados" e impedir a apresentação do projeto de resolução que defende o novo regimento. Esta estratégia, ontem, foi deixada de lado: nem as assinaturas dos moderados apareceram, nem houve novo prazo para emendas.

Reunião
As 18h, foram ao gabinete de Ulysses o deputado Amaral Neto; o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA); o líder do PTB, deputado Gastone Righi; os deputados Ricardo Piúza (PFL-PE), Ricardo Izar (PFL-SP) e Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA). Eles entregaram a Ulysses um requerimento assinado por 35 deputados e líderes solicitando a convocação de uma sessão ordinária para discussão do regimento. Depois, Ulysses confirmou a convocação para o dia 10.

O deputado Amaral Neto contabilizou ontem a assinatura do presidente do PFL, senador Marco Maciel ao abaixo-assinado. Ele espera para hoje ainda a assinatura do líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli

Rede Globo apoia grupo "moderado", afirma líder do PDS

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto (RJ), disse ontem ter conseguido o apoio do presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, ao movimento do grupo "moderado" do Congresso constituinte. "Eles (a TV Globo) vão começar a dizer que nós já temos a maioria da Constituinte", afirmou. Numa conversa com o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), Amaral relatou o telefonema que deu a Marinho, à tarde, sem se importar com a presença de alguns jornalistas em seu gabinete. "Eu disse a ele (Marinho) que ele tinha que apoiar nosso movimento porque defendemos as teses do pessoal dele", disse Amaral a Lourenço. "O Alvaro Pereira (repórter da Globo) está doído da vida", afirmou, ao relatar a suposta nova orientação da emissora.

(RS). Eufóricos, os líderes do grupo "moderado" já falavam como porta-vozes da maioria do Congresso constituinte. Se os "moderados" de fato tiverem maioria, o projeto de resolução poderá efetivamente mudar o regimento.

O projeto de resolução é um recurso de que dispõe os constituintes para promover alterações no regimento interno. O projeto é encaminhado à mesa da Constituinte e para ser aprovado deve ter a aprovação da maioria absoluta, isso é, 280 dos 559 constituintes. Uma vez encaminhado à mesa, desde que para isso tenha apoio mínimo de 94 parlamentares, o presidente da Constituinte tem um prazo de dez dias para dar seu parecer. Depois, ele volta ao plenário para ser discutido e emendado e, em seguida, volta novamente à mesa. Esta tem mais cinco dias para dar sua opinião sobre o projeto e as emendas, para enfim remetê-lo de volta ao plenário para votação final. Todo esse processo pode durar de 25 dias a um mês.